PÁG.12



EDITAL CMDCA Nº 03/2025- FUMCAD 2025/20206
EDITAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS PELO FUMCAD
- FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PINDAMONHANGABA/SP
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pindamonhangaba - CMDCA, criado pela Lei nº 2626/91, no uso de suas atribuições e conforme deliberação na Reunião Ordinária do CMDCA realizada
em 16 de fevereiro de 2023 e 10 de março de 2023.
Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.069/1990, Estatuto da Criança
e do Adolescente;
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 4.140, de 23 de março de
2004, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Considerando a Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010,
que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos
Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do
Adolescente com alteração pela Resolução CONANDA nº 194, de 10 de
julho de 2017;
Considerando as Resoluções CMDCA nº 2/2010, e nº15/2012, que fixa critérios para aprovação de programas, projetos e ações a serem financiados
com recursos do FÍLMCAD:

Considerando as Resoluções CMDCA nº 2/2010, e nº15/2012, que tixa critérios para aprovação de programas, projetos e ações a serem financiados com recursos do FUMCAD;
Considerando o teor da Lei 14.692/2023 e resolução CMDCA nº e 140/2023, que tratam respectivamente das indicações dos doadores para o destino das verbas doadas e o prazo para os doadores ao FUMCAD manifestarem sua indicação da destinação do recurso doado;
Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.
RESOLVE:
Estabelecer procedimento e tornar público o Edital para seleção de pro-

recommente e torriar publico o Edital para seleção de pro-gramas e/ou projetos para compor o banco de projetos, aptos a captação de recursos e que poderão ser financiados com recursos subsidiados do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD, em consonância com as políticas públicas da Criança e do Adolescente do Município de Pindamonhangaba.

CAPÍTULO I - DO OBJETO
Art. 1º Constitui objeto do presente Edital a recepção, seleção, análise, avaliação e aprovação de programas e/ou projetos, a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMCAD de Pindamonhangaba e de outros editais externos.
§ 1º Os programas e/ou projetos aprovados constarão no banco de projetos do CMDCA, conforme art. 15º deste Edital, e os proponentes que tiverem suas propostas aprovadas estarão aptos e autorizados a iniciarem a captação de recursos necessários para o desenvolvimento e execução dos respectivos programas e/ou projetos aprovados.
§ 2º Os recursos do FUMCAD serão liberados por meio de Termo de Fomento a ser realizado com a administração pública municipal conforme o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014.
§ 3º Poderão participar deste Edital, como proponentes, Organizações da Sociedade Civil (OSC), inscritas no CMDCA deste município, definidos para estes fins como:

Sociedade Civil (OSC), inscritas no CMDCA deste municipio, definidos para estes fins como:

I – organizações privadas sem fins lucrativos que não distribuam entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

II - organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

vamente religiosos.

Art. 2º Para os fins deste edital entende-se por programa e/ou projeto o conjunto de ações que abranjam promoção, proteção e defesa de direitos, bem como para cumprimento de medidas socioeducativas a serem desenvolvidas em determinado período de tempo, com recursos captados por meio do FUMCAD e ofertados pela iniciativa privada, tendo como beneficiários diretos e indiretos as crianças e os adolescentes do Município, compreendendo: compreendendo:
I – nascituro, ser humano já concebido, cujo nascimento se espera como fato futuro certo, nos termos do inciso I, do parágrafo 1º do artigo 227 da Constituição Federal e artigo 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente,

criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolesce

II — criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente entre doze e dezoito anos de idade, segundo as linhas de ações previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 2º;
III — jovens entre 18 e 21 anos, nos seguintes casos: jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; pessoa com deficiência e egressos de medida socioeducativa em meio fechado, conforme previsto no parágrafo único do Art. 2º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
IV — extensivo a pais, responsáveis e familiares como atores fundamentais na promoção do direito à vida, ao desenvolvimento sadio, favorecendo a criação de vínculos familiares, desde que os objetivos sejam voltados à criança e ao adolescente.
Art. 3º As propostas apresentadas devem garantir a prestação absolutamente gratuita das ações ofertadas, sendo vedada a cobrança dos usuários de taxas de qualquer natureza, bem como a solicitação de contribuições ou contrapartidas monetárias, materiais, de trabalho ou de quaisquer outras modalidades.

de taxas de qualquer natureza, bem como a solicitação de contribuições ou contrapartidas monetárias, materiais, de trabalho ou de quaisquer outras modalidades.
CAPITULO II - DOS DESTINATÁRIOS DOS PROGRAMAS E/OU PROJETOS E DOS EIXOS TEMÁTICOS
Art. 4º As propostas, objeto deste presente Edital, deverão destinar-se a atendimento de gestantes, crianças e adolescentes que se encontram em situações de vulnerabilidade social, risco social e/ou violação de direitos, tais como: perda ou fragilidade de vinculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais; desvantagem pessoal resultante de deficiências; culturais e sexuais; desvantagem pessoal resultante de deficiências; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar riscos pessoal e social; priorizando o atendimento a primeira infância de acordo com a Lei Federal nº 13.257/2016.

Art. 5º De acordo com o objeto, os programas e/ou projetos apresentados para aprovação nos termos deste Editial deverão indicar, entre os eixos abaixo discriminados, aquele principal de atuação:
§ 1º - Eixo temático I - Saúde: a) Prevenção a companhamento e atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica; c) Prevenção a eatendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como enfrentamento ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil; d) inclusão social de crianças e adolescentes com deficiências físicas ou mentais ou transtornos psíquicos de qualquer natureza.

Prioridade: Projetos de acesso à saúde, que contemplem atendimento spicológicos, atendimento de crianças com deficiência prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes, prevenção ao sucidio e gravidez na adolescência.

de drogas por crianças e adolescentes, prevenção ao suicidio e gravidez na adolescência. § 2º - Eixo temático II - Assistência Social: a) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE - ao Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e suas ações; b) Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; c) acompanhamento, atendimento e auxílio à gestante e seu núcleo familiar em vulnerabilidade social. d) fortalecimento dos vínculos da criança com a família. e) fortalecimento dos vínculos da criança com a família. e) fortalecimento dos vínculos da criança com a família. e) fortalecimento dos vínculos da criança com a família. e) fortalecimento dos vínculos da criança com a família. e) fortalecimento dos vínculos núcleos de crusos financeiros, ausência de estrutura familiar, família desestruturada, abandono, negligência familiar, gravidez sem apoio familiar, crianças em situação de rua, insegurança alimentar e diferentes tipos de vítimas de violência.

violência. § 3º Eixo temático III – Educação: a) Formação, educação para o trabalho aperfeiçoamento e/ou qualificação profissional do adolescente - apoio á inserção no mercado de trabalho e geração de renda; b) Educação pelo trabalho experimento profito de profit de

inserção no mercado de trabalho e geração de renda; b) Educação pelo trabalho, por meio de projetos de aprendizagem, com base na Lei do Aprendiz nº 10.097/00; c) Inclusão digital, abrangendo cursos, capacitação e formação profissional em tecnologia. d) Educação tocada na preparação para o Mercado de Trabalho. e) Educação voltada à profissionalização de adolescentes, respeitadas suas condições peculiares; f) Formação em valores para a convivência na família. Prioridades: Projetos voltados ao acesso à educação, evasão escolar e preconceito/ discriminação. § 4º Eixo temático IV – Esporte e Recreação: a) Realização de ações ligadas à promoção do esporte e recreação, livre e/ou dirigida, que tenham como foco a inclusão social e comunitária, a ludicidade e ações preventivas. Prioridades: Vulnerabilidades sociais, falta de acesso ao esporte, projetos voltados à primeira infância (0 á 6 anos) § 5º Eixo temático V – Cultura: a) Realização de ações ligadas à promoção da cultura; b) Educação patrimonial (consciência infanto-juvenil da importância da preservação da memória e do patrimônio histórico e cultural para a construção de sua organização); c) Complementação cultural, desenvol-vimento e promoção das diferentes linguagens no campo das artes: 1. Música, dança, teatro, literatura, artes visuais e outras; 2. Produção cinemato gráfica, videográfica, fotográfica, fonográfica, discográficas e congêneres; 3. Artes plásticas, artes gráficas, gravuras; 4. Rádio, televisão e midias digitais, educativas e culturais.

Prioridades: Vulnerabilidades sociais, falta de acesso à cultura, projetos voltados para primeira infância (0 á 6 anos).

CAPÍTULO III - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
Art. 6º As organizações deverão protocolar as suas propostas, exclusivamente por meio do Setor de Protocolo Online da Prefeitura Municipal, disponível no endereço eletrônico https://pindamonhangaba.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5, realizando o login institucional, ou seja, com os dados das Organizações da Sociedade Civil (OSC).
Parágrafo único. Caberá à OSC interessada em participar do presente edital realizar o acesso e apresentação dos documentos exigidos na plataforma prevista no caput deste artigo.

Art. 7º A proposta protocolada pela OSC deverá conter os seguintes documentos:

Imentos:

- Folha de Rosto em formato PDF modelo constante do ANEXO I;

- Plano de Trabalho em formato PDF no modelo constante do ANEXO II;

- Demonstrativo integral das receitas e despesas, conforme modelo do

ANEXO III;

IV – Declaração de Instalação e Condições Materiais em formato PDF no modelo do ANEXO IV;

V – Cópia do registro no CMDCA ou protocolo original do pedido de renovação em formato PDF;

VI – Cópia do Estatuto Social em formato PDF.

VII – Cópia da ata de eleição do dirigente, comprovando o mandato em

VII – Cópia da ata de elerção do dirigente, comprovanto o manualo emigor; § 1º – No caso de projetos que contemplem despesas com auxilio e custeio a OSC deverá encaminhar um Plano de Trabalho para Auxilio e um Plano de Trabalho para Custeio contendo, cada um, Plano de Aplicação Financeira e Cronograma de desembolso, todos em formato PDF. § 2º – No caso de projetos que contemplem despesas com auxilio e custeio a OSC deverá encaminhar justificativa própria para o Plano de Trabalho para Auxilio e um Plano de Trabalho para Custeio contendo a especificidade de cada aplicação, todos em formato PDF.
CAPITULO IV - DO CONTEUDO DO PROJETO
Art. 8º OS Proietos deverão ser apresentados conforme Modelo de Plano.

CAPITULO IV - DO CONTEUDO DO PROJETO
Art. 8º Os Projetos deverão ser apresentados conforme Modelo de Plano
de Trabalho (ANEXO II) e Modelo de Planilha de Custos com memória de
cálculo (ANEXO III);
Parágrafo único. Deverá constar obrigatoriamente do Plano de Trabalho,
sob pena de desclassificação da proposta:
I – Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades do fomento,
devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou
metas a serem atinoidas:

devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;
II – Descrição pormenorizada de metas quantitativas exclusivamente das pessoas que serão atingidas na proposta, não incluindo atendidos pela OSC que não estejam compreendidos no projeto, devendo ser mensuráveis e das atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto.
III – Prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;
IV – Definição dos indicadores qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
V – Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;

V – Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;
 VI – Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;
 VII – Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;

ompatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;

VIII – Demonstração de atendimento dos critérios elencados neste Edital. IX – Demonstrativo integral das receitas e despesas - Modelo de Planilha de Custos com memória de cálculo (ANEXO III), constando a apresentação do orçamento e justificando as despesas de acordo com o projeto proposto. CAPÍTULO V - DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS Art. 9º Para seleção, análise, avaliação e a aprovação das propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC), o CMDCA elegerá uma Comissão de Avaliação de Projetos, nomeada por meio de Resolução própria, composta preferencialmente de forma paritária pelos conselheiros de direito do CMDCA, representantes da sociedade civil e do poder público, sendo permitida composição por membros titulares ou suplentes. Parágrafo único. Serão impedidos de participar da Comissão de Seleção os representantes de entidades participantes do presente edital, conforme Resolução CMDCA 15/2012. Art. 10º A Comissão de Avaliação de Projetos poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões, observados, em qualquer situação, os princípios da isonomia, da impessoalidade da transparência.

Art. 11º Os pareceres da Comissão de Avaliação de Projetos serão submetidos à aprovação da Plenária do Conselho, devendo abster-se ao voto os representantes de entidades participantes do presente edital.

CAPÍTULO VI - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

da Sociedade Civil, a comissão de análise observará os seguintes critérios: I - A consonância da proposta às prioridades previstas pelo CMDCA conforme Art. 19º deste Edital;

II - Adequação dos projetos a uma das diretrizes descritas neste Edital III - Capacidade técnica e administrativa da Organização da Sociedade Civil para execução do projeto, conforme Plano de Trabalho apresentado; V - Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria

ou de natureza semelhante, nos termos da alínea "b" do inciso V, do artigo 33 da Lei 13.019/2014; V - Quadro de recursos humanos compatível com o projeto apresentado, previsto o cumprimento das normas trabalhistas e convenções coletivas;

- Apresentação completa dos documentos elencados nos incisos I, II, III, IV, V do Art. 7º deste Edital.
 VII - Apresentação de metas e justificativas, com metodologia de trabalho e avaliação qualitativa e quantitativa; VIII - Indicação de números de beneficiários diretos e indiretos.

CAPÍTULO VII - DOS PRAZOS PARA A APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE PROPOSTA

Art. 13º O presente edital será publicado no Jornal Tribuna do Norte, tendo por prazos:

ETAPAS	DESCRIÇÃO	PRAZOS
1°	Publicação do Edital de Chamamento Público CMDCA/FUMCAD	28/11/25
2°	Protocolo da Proposta através do endereço eletrônico https://pindamonhangaba.ldoc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5	28/11/202 á 16/01/202
3°	Impugnação do Edital	27/11/202 á 03/12/202
4°	Publicação do resultado da impugnação do Edital	10/12/202
5°	Prazo para a análise pela Comissão de Avaliação	19/01/202 à 13/03/202
6°	Divulgação dos pareceres da Comissão de Avaliação	18/03/202
7°	Prazo de impugnação/recurso/correção ao parecer da Comissão	19/03/202 à 01/04/202
8°	Prazo para a análise pela Comissão de Avaliação	02/04/202 à 15/04/202
9º	Envio do parecer definitivo da Comissão de Avaliação ao Presidente do CMDCA	17/04/202
10°	Assembleia do CMDCA para a deliberação dos pareceres	23/04/202
11°	Publicação do resultado no jornal TRIBUNA DO NORTE, divulgação na página oficial no Instagram, Conselho da Criança e do Adolescente - Pindamonhangaba/SP (http://instagram.com/cmdca_jindamonhangaba) e site oficial da prefeitura (www.pindamonhangaba_gov.sp.br)	24/04/202
12°	Prazo para recurso contra resultado	24/04/202 à 29/04/202
13°	Prazo para análise do recurso pela Comissão de Avaliação	30/04/202 à 04/05/202
14°	Prazo para a deliberação do CMDCA e resultado final	07/05/202
15°	Publicação do resultado final no jornal TRIBUNA DO NORTE, divulgação na página oficial no Facebook, Conselho da Criança e do Adolescente - Pindamonhangaba/SP (https://bit.ly/31iDyrx), e site oficial da perfeitura (www.pindamonhangaba.gov.sp.br)	08/05/202
16°	Prazo para ajuste do plano de trabalho de acordo com o valor deliberado	
		08/05/202 à 15/05/202

propostas apresentadas neste presente Edital obedecérão aos critérios: I. HABILITAÇÃO: Fase de seleção, onde será julgada a condição de habilitação da proponente para participar do presente chamamento público, em que será considerado, obrigatoriamente, o cumprimento do presente Edital; II. AVALIAÇÃO: Nesta fase a Comissão de Avaliação de Projetos fará análise e avaliação das propostas apresentadas; III. APROVAÇÃO: Nesta fase, a Comissão de Avaliação de Projetos apro

Parágrafo único. As etapas de seleção, análise, avaliação e aprovação das

vará as propóstas mediante pareceres a serem enviádos para deliberação na plenária do CMDCA a fim de que sejam incluídas no Banco de Projetos e estarão aptas a captação de recursos e bem como poderão ser financiadas com Recursos FUMCAD. CAPÍTULO VIII - DO REGISTRO DO PROGRAMA/PROJETO E DO PRA-ZO DE EXECUÇÃO

Art. 14º O proponente, para fazer jus à captação de recursos e financiamento do programa e/ou projeto deverá estar devidamente registrado no CMDCA/Pindamonhangaba.

\$19 Nos casos de renovação do registro junto ao CMDCA deverá o proponente apresentar protocolo de entrada no CMDCA. §2º Será anulada a aprovação do programa e/ou projeto cujo proponente tiver indeferida a renovação do Registro no CMDCA/Pindamonhangaba.

Art. 15º O prazo para a captação dos recursos pela OSC após a aprovação do programa e/ou projeto é de 2 (dois) anos, contados da data da publicação no jornal, do resultado final conforme previsto no cronograma, Art.13

Parágrafo único. Os programas e/ou projetos não contemplados ou contem-plados parcialmente com recursos do FUMCAD, conforme deliberação dos valores, nos termos dos arts. 19º e 20º deste Edital, estão aptos a buscar os recursos complementares, nos termos do § 1º do art. 1º deste Edital. Art. 16º O prazo de execução dos projetos será de até 12 meses, indepen dente do mês de início, podendo ser renovado, por igual período, mediante deliberação do CMDCA e disponibilidade orçamentária, sendo o início, obrigatoriamente, a partir da assinatura do Termo de Fomento. CAPÍTULO IX - DESPESAS VEDADAS

Art. 17º São vedadas despesas com: I - Recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - Pagamentos, a qualquer título, a servidor ou empregado público com recursos vinculados a parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III - Qualquer espécie de remuneração ou benefícios a dirigentes da entida de ou a servidores públicos federais, estaduais ou municipais integrantes da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica e contábil, bem como despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar; IV - Tributos, serviços de consultoria, assistência técnica, de administração

ou gerência, incluindo-se os funcionários responsáveis por estas atividades, exceto se vinculado ao objeto do contrato; V - Pagamento de custos bancários como tarifas, taxa de administração

multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo; VI - Publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação

social, nas quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que VII - Utilização, mesmo em caráter emergencial, dos recursos em finalidade

diversa da estabelecida no projeto; VIII - Realização de despesas com ornamentação, cerimonial e coffee-break; IX - Vale transporte, vale refeição e auxílio médico para funcionários da ad-

do objeto do contrato; X - Realização de despesas com cartão de débito ou de crédito de pessoa física ou pessoa jurídica; XI - Remuneração a integrantes do corpo dirigente da instituição ou Pes-

soa física ou Jurídica em funções de gestão ou administração do objeto - Aditamento com alteração do objeto - Aquisição de produtos vedados por lei, regulamentos ou normas gerais de proteção da criança e do adolescente

Art. 18º Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem direta

mente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo ple-nário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. § 1º. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a

utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - A transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos

da Criança e do Adolescente; II - Pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelai

Manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança

IV - O financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente, salvo em caráter emergencial visando impedir a ces-sação dos serviços diretos de proteção à criança e adolescente a fim de evitar sua interrupção enquanto não financiados pelo Poder Público.

§ 2º Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Plenária do CMDCA. § 3º Nos termos da Resolução 102/2020 poderão ser realizadas despesas

com investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência, nos termos da Resolução CMDCA 02/2020. PÍTULO X - DOS RECURSOS FUMCAD, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Art. 19º O valor destinado para a realização dos programas e/ou projetos ofertados será proveniente dos recursos do FUMCAD, pela Lei Municipal nº

4.140/2004 conforme Art. 2°, que constituem recursos arrecadados, poden do ser direcionados ou não §1º A análise e a aprovação das propostas apresentadas, bem como a de

liberação dos valores a serem repassados atenderão as prioridades estipu-ladas pelo CMDCA na Matriz Problematizadora, conforme eixos discriminados no Art. 5º deste Edital. § 2º O CMDCA agirá em conformidade: I- No caso do montante financeiro correspondente ao número de propostas selecionadas/aprovadas for inferior às de oferta do CMDCA via FUMCAD,

todos os interessados serão convocados para a assinatura do Termo de Fomento; Il No caso do montante financeiro correspondente ao número de propostas selecionadas/aprovadas for superior às de oferta do CMDCA FUMCAD, este procederá a deliberação, segundo Resolução CMDCA 15/2012, respeitando a prioridade estabélecida na Matriz Problematizado 3º Quando da deliberação dos recursos do FUMCAD às propostas ra. § 3º Quando da deliberação dos recursos do FUMCAD às pro o CMDCA deverá atentar-se para o disposto na resolução SEDS r 30/11/2015 da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo, bem como do Art. 31 da Lei Federal nº 12.594/2012, que prevê o cofinanciamento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), conforme dispõe a Resolução n.49/2016 CMDCA; bem como o disposto na Resolução nº 2/2010 CMDCA, que trata da retenção de recurso destinado ao Acolhimento Institucional; ambos deliberados para no mínimo 5% do total arrecadado no FUMCAD, além dos 5% destinações às ações do CMDCA. § 4º Sobre o percentual de 5% destinado ao Acolhimento institucional e

§ 4º Sobre o percentual de 5/0 destinada do las Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, não se aplica a vedação prevista no inciso XII, do artigo 17, deste edital. Art. 20º A deliberação quanto ao repasse dos recursos FUMCAD nos termos deste Capítulo será aprovada pela Plenária do CMDCA, devendo abster-se ao voto os representantes das entidades que participem do processo. CAPÍTULO XI - DAS DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS PARA A CELEBRA

CÃO DA PARCERIA

Art. 21º As Organizações da Sociedade Civil que tiverem seus Planos de Trabalhos aprovados e deliberados recursos para execução em 2026 deve rão apresentar os documentos obrigatórios, com data de validade vigente para firmar o respectivo Termo de Fomento. Parágrafo único. Os documentos abaixo deverão ser anexados no prazo máximo de 15 dias após deliberação da Plenária, podendo ser prorrogado mediante justificativa, no Setor de Protocolo Online da Prefeitura Munici-

pal, disponível no endereço eletrônico https://pindamonhangaba.1doc.com. br/b.php?pg=wp/wp&itd=5, realizando o login institucional e anexando os documentos no mesmo protocolo aberto para apresentação da proposta aprovada: Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribui ções e de dívida ativa Municipal, Estadual e Federal Certidão de Regularização com FGTS

Certidão de Regularidade com o INSS (www.receita.fazenda.gov.br); c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br);
 d) Certidão Negativa de Débitos Mobiliários Municipal (www.pindamonhan. gaba.sp.gov.br) Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário (Escrituração Contábil

Recibo de Entrega do IRPJ (Escrituração Contábil Fiscal - ECF):

II – Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil competente, ou cópia do Estatuto registrado na forma do art. 33 da lei 13.019/2014 e eventuais alterações; Cópia da ata de eleição do quadro da atual diretoria e do conselho IV – Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, Conselho de Ad-

ministração e Conselho Fiscal com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro das Pessoas Físicas - CPF, data de nascimento, e-mail pessoal ou institucional de cada V – Comprovante de endereço em que a OSC celebrante comprove funcio-nar no endereço registrado no CNPJ com sede ou domicilio no Município de

VI – Comprovante de inscrição da OSC no Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente de Pindamonhangaba; VII – Possuir estrutura física para a execução dos serviços – Alvará de Licença ou Termo de Anuência ou Declaração de Uso ou Outros; VIII – Encapa comprostá - Licença de Consenta de Consenta

 VIII – Empregar recursos próprios nos serviços de forma direta, comprovado mediante a apresentação de balanço patrimonial ou balancete contábil do exercício de 2024, assinados pelo dirigente e pelo contador, que permita a identificação das receitas próprias separadas dos repasses de recursos Declarações atestando:

a) Que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, ressalvado na condição de aprendiz, conforme determina o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal; b) Que a organização não foi punida com uma das seguintes sanções, pelo

período que durar a penalidade: Não estar suspensa de participar em licitação e impedimento de contratar

2. Não estar declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração pública;

3. Não estar suspensa temporariamente da participação em chamamento

1. La convênios de fomento, termos de convênios e

público e impedida de celebrar termos de fomento, termos de convênios e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos; 4. Não estar declarada inidônea para participar em chamamento público ou celebrar, termos de fomento, convênios e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pelo prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada prevista no inciso III do Art. 73 da Lei

c) Que não tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos: d) Que não possui entre seus dirigentes pessoa:

 cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos:

 julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; considerada respónsável por ató de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do Art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de

unho de 1992 ou Lei 14.230 de 25 de outubro de 2.021 ol Que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela enti-dade, com recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusi-ve aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão o vos cônjuges, companheiros ou parentes, até segundo grau, em linha reta, colateral, ou por afinidades;

colateral, ou por afinidades;
f) Que declare experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, em conformidade com Art. 33, caput, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 13.019/2014; og) Que declare sobre instalações e condições materiais, em conformidade com o Art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei Federal nº 13.019/2014; 5. Que no Quadro Diretivo da OSC e no Quadro Administrativo da entida-

de gerenciada não há agente político de poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, ou respectivo cônjuges, companheiro ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade; 6. Declaração contendo número da Conta Bancária da entidade exclusiva para recebimento de recurso específico do presente plano de trabalho + Extrato da Conta Corrente e

Extrato da Conta de Investimento (com saldo zerado): 7. Regulamento de Compras e Contratação de Serviços da OSC. CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GÉRAIS

Art. 22º Para ser financiado, após a apuração dos recursos existentes no FUMCAD, a proposta deverá ser acompanhada de cópia dos documentos necessários à celebração de contrato público, conforme os referidos na Instrução Normativa TCESP vigente.

Art. 23º Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anevos abaixo relacionação.

xos abaixo relacionados. I – Folha de Rosto em formato PDF (ANEXO I);
II – Plano de Trabalho em formato PDF (ANEXO II);

III – Demonstrativo integral das receitas e despesas - Modelo de Planilha de Custos com memória de cálculo, conforme modelo do ANEXO III;

IV – Declaração de Instalação e Condições Materiais em formato PDF V – Minuta do Termo de Fomento em formato PDF (ANEXO V).

Art. 24º Para se habilitar a firmar os Termos de Fomento, às Organizações

da Sociedade Civil (OSC) devem obrigatoriamente atender aos seguintes critérios eliminatórios, sob pena de desclassificação sumária, sem avaliação de mérito, da proposta enviada: I- Possuir, no mínimo, 01 (ano) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; II- Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, comprovado através de declaração de

experiência expedida pela entidade; III- Possuir instalações condiçãos Possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e ope racional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas; Apresentar toda a documentação exigida nos artigos deste Edital;

V- Ser regida por estatutos cujas normas disponham, expressamente, so a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância

b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido para outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 25º Fica impedida de celebrar a parceria de que trata este Edital a Organização da Sociedade Civil que: I- Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional; II- Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente ce-

III- Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; IV- Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos

cinco anos, exceto se: a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos

eventualmente imputados; b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com V- Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que

durar a penalidade: a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impe-

dimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos

com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; d) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os mo-tos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pe

los prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c" do inciso V deste artigo; VI- Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII- Tenha entre seus dirigentes pessoa: a) cuias contas relativas a paro reieitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Fede ração, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) considerada responsável por ató de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 Art. 26º A celebração do Termo de Fomento somente se efetivará com as

organizações que comprovem dispor de condições para consecução do ob-jeto do plano de trabalho e atendam aos requisitos legais inerentes à celepração de todo e qualquer contrato com a Administração Pública. 27º Dos recursos do FUMCAD, dirigidas ou não dirigidas, serão retidos 15%, sendo que 5% serão repassadas a instituições de acolhimento de criarças e adolescentes, 5% para instituições que atuem com medidas socioeducativas, conforme determinação legal, e 5% para ações do CMD-CA e/ou financiamento de projetos não contemplados por captação direta,

exceto aquelas verbas oriundas de editais externos que exijam repasse de 100% dos valores aportados. Art. 28º Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Plenária

Art. 20° OS casus nau previatos notos calles de CMDCA.

Art. 29° O CMDCA fará publicar a relação dos projetos aprovados na imprensa oficial, conforme cronograma previsto no Art. 13° deste edital.

Art. 30° As destinações de recursos do FUMCAD serão deliberadas exclusivamente pela Plenária do CMDCA.

Art. 31° OS Termos de Fomento celebrados de acordo com este Edital serão. submetidos a procedimentos de fiscalização durante sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, através de comissão específica deste Conselho Municipal, da comissão de monitoramento e avaliação designada por portaria do executivo municipal, bem como pelo gestor da parceria ou pessoa por este designado.

por este designado. Parágrafo único. O monitoramento e a avaliação realizados em decorrência da celebração de Termo de Fomento, conforme indicado neste Edital, não substitui e não prejudica os procedimentos de monitoramento e avaliação sob competência do setor de Vigilância Socioassistencial do órgão gestor municipal de Assistência Social. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos

órgãos de controle, a execução dá parceria será acompanhada e fiscali-zada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos termos da redação do Art. 60 da Lei 13019/2014. Parágrafo único. Os termos de que trata este Edital estarão também sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação Art. 33º Este Edital entra em vigor a partir da data de sua publicação no

Diário Oficial da Cidade. Pindamonhangaba, 28 de novembro de 2025

Rodolfo Brockhot Presidente – Gestão 2025/2027

Razão Social:

Data de criação

ANEXO II Modelo de Plano de Trabalho (Fazer em papel timbroda ' PLANO DE TRABALHO 2025/2026 1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PROPONENTE

C.N.P.J.:

Inscrição no CMDCA nº: UF: DDD/Tel FAX: Conta Corr Nome do Representante Lega CPF: Cargo: CEP: Fim do CPF: N° Reg Função Endereço CEP:

2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA CONFORME EIXO TEMÁTICO

Eixo temático III – Educação: b) Formação em valores para a

2.3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

TN Tribuna do Norte

Descrição detalhada do contexto atual que será objeto das ações de fomento. Demonstrar de form clara a relação entre as condições observadas e as atividades, objetivos ou metas que se pretender

As fontes de informação utilizadas (como documentos oficiais, registros institucionais, levantamentos estatísticos, entrevistas, observações em campo, consultas públicas etc.);
 Os procedimentos adotados na coleta e análise dos dados (por exemplo: visitas técnica aplicação de questionários, análise documental, observação participativa, comparação

2.4 JUSTIFICATIVA

presentar os motivos que fundamentam a proposta, demonstrando a importância e a relevância das ções a serem desenvolvidas. A justificativa deve evidenciar por que o projeto é necessário, quais roblemas ou oportunidades ele busca atender e como suas ações contribuirão para a melhoria da vilidade diagnosticada.

eves e expueur.

A origem da demanda ou necessidade identificada (por exemplo, lacunas levantadas no diagnóstico, solicitações da comunidade ou resultados de estudos prévios);
O s beméficios esperados e os impactos positivos que o projeto pretende gerar, tanto imediatos quanto de longo prazo;
A coerência entre o problema identificado e as metas propostas, mostrando como as atividades planejadas respondent de forma adequada à situação descrita;
O unado pertinente, a relevância social, cultural, educacional, ambiental ou econômica do projeto no contexto local ou regional.

Instituto e monito das deveses reveranos humanos e ocêse virtualados com a nântilho de custo.

objetivo geral deve expressar, de forma ampla e sintética, o propósito principal do projeto — ou seja que se pretende alcançar com as ações propostas.

exemplo: "Promover a inclusão digital de jovens por meio de oficinas de tecnologia e pro Além do objetivo geral, recomenda-se detalhar os objetivos específicos, que representam etapas, ou resultados intermediários que contribuem diretamente para o alcance do objetivo principal.

2.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.7 METODOLOGIA DE TRABALHO

2.8 PÚBLICO ALVO

01:00h Realizar triagem 20h 00 grupo(s) Realizar atendimenta individual 01:00h 00 grupo(s) 10h Observar oficinas coletivas 01:00h osh

01:00h

01:00h 40h 3. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO METAS INDICADORES específico objetivo específico

METAS

DESCRIÇÃO DO USO NO TIPO QUANTIDADE

REPRESENTANTE LEGAL

QUANTIDADE DESCRIÇÃO DO USO NO PROJETO

6.IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL, TÉCNICO RESPONSÁVEL E PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO

INDICADORES MEIOS DE VERIFICAÇÃO

02h

					180	ECUMSOS HUM								
						Teamin	Purmanes (3)							
No.	Cargo/Função	Salário Nominal (vigente)	Salário Estimado (% do reajuste previsto)	Féries	13º Salário	Adicional (especificar)	Vale Transporte	INSS	PGTS	PIS	IRRF	Outros (especificar)	Custo Mensel	Circle Tiesel Amus
1														
2									_		_			
3											_			_
5					_	_	_		_		_		_	-
- 5	_	_	_		_	_	_		_		_	_	_	-
* 0h	s: O valor total ar	al days fac	har com o valor	informado	00 (1000041979)	a de desembol			_					
						- Waterston	Dermanne (E)							
	Cargo/Função	Salário Nominal (vigente)	Salário Estimado (% do reajuste previsto)	-				INSS			IRRF	Outros (especificar)	Custo Mensal	(Intel Time Amos
Nº														
1														
1 2														
1 2 3														
1 2 3 4														
1 2 3														

ANEXO IV

Modelo de Declaração de Instalação e Condições Materiais (Fazer em papel timbrado da instituição)

DECLARAÇÃO

O/A (<u>razão social</u>), inscrito no CNPJ sob nº (<u>número</u>), sediado em Pindamonhangaba, na (<u>endera logradouro, nº/bairnvcidade/estado/CEP</u>), por intermédio do Sr(a). (<u>nome do responsável legal de CPF (número</u>), RG (<u>número</u>), dirigente, infra-assinado, DECLARA que, em conformidade com o inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, dispõe de instalações e outras condições m desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e cumprimento das metas esta como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

(assinatura) (nome do responsável legal da organização)

TERMO DE FOMENTO TÉCNICO E FINANCEIRO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA E O

to lado o (OSC) sob CNP: neste ato represente. S(a) portador da cédula de identidade RG nº CPF/MF sob nº portador da cédula de identidade RG nº CO). -__ residente e domiciliado na doravante designado simplesmente OSC, resolvem

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de FOMENTO tem por objeto a execução do Plano de Trabalho, especificamente para despesas de custeio, conforme proposto pela OSC, na forma do artigo 22 e seguintes da Lei nº 13.019/2014, e aprovado pelo MUNICÍPIO, sendo parte integrante e indissociável deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo 2º É vedado adotar na execução dos serviços escolha discriminatória ou exclusiva, que privilegie a faixa etária sexo ou orientação, sexual deficiência ou de outras formas

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

 Publicar na imprensa oficial ou no jornal o extrato deste Termo de FOMENTO e de seus eventuais
 nos prazos e nos moldes previstos no § 1º do art. 32 e no art. 38, da Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014;

 Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela OSC, no apoiá-la tecnicamente em decorrência da execução das atividades, objeto deste Instrumento; omo apoid- la tecnicamente em decorrência da execução das atividades, objeto deste Instrumento;

- Notificar para que a OSC adote providência necessárias para o exacto cumprimento das obrigações acreates deste Instrumento, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das ace or servonse financeiros, até o saneamento dos eventuais apontamentos;

- Monitorar e Avaliar o objeto:

Homologando os relatórios de fiscalização;

Quanto à execuçõe/ física e atingimento das metas qualiquantitativas;

Quanto à execuçõe/ física e atingimento das metas qualiquantitativas;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

Zelar pela manutenção de qualidade da oferta prestada, de acordo com as diretirzes técnia nais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança ente - CMDCA.

Observar as orientações do MUNICÍPIO, decorrentes do trabalho de acompanhamento e supervisão des ou projeto e, também, das fiscalizações periódicas realizadas pelo Juízo e Promotoria e propor aji trios para melhor executar as ações, alcançar eficácia, eficiência e economicidade;

— Manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis com o atendimento da ocioassistencial que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento dos objetivos deste Instrumento;
Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abampaida pelos serviços assistenciais, criminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos usuários;

VI Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados polo MUNCIPIO, inclusivos eventuais reditinentos de aplicação financeiros, na prestação dos serviços objeto obese instrumento, unilizando para raiso de conta bancária exclusiva para movimentar recursos financeiros repassados por este presente termo de FOMENTO, conforme estabelecido na cláusula primeira;

VII – Apresentar, nos prazos exigidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do rela circumstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram anticados nas acões previstas no Plano de Trabalho. além da relacão nominale documentos de todos os

Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme cláusula sexta deste Termo de FOMENTO, inclusive ar mensalmente extrato e conciliação bancária;

 Realizar formação inicial e continuada a empregado admitido, a fim de assegurar a qualidade da cueão do plano de trabalho: Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos tários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis cos relativos aos reconhimentes de recursos múblicos:

específicos relativos aos recebimentos de recursos públicos;
XI Assegura à Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — CMDCA, e aos demais Conselhos, ao Juízo e a Promotoria condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, ficatização e avaliação do a execução de serviços prestados;
XII — Apresentar relatório mensal, referente aos doze meses de execução da parceria, conforme acordado om a Servetaria Municipal de Assistência Social, demonstrando o atendimento prestado, com os aspectos quantitativos e qualitativos, considerados, respectivamente, a capacidade e o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados na implementação dos serviços:

RENOVAÇÃO LICENÇA Comunicado de Deferimento Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba

O (a) Diretor (a) DEFERE em 14 / 11 /2025 a solicitação supracitada

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

RENOVAÇÃO LICENCA

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba

Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

VIĞILÂNCIÂ SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇAU Nº 4/1/25
Nº Protocolo: 56.771/25 Data Protocolo: 23/09/2025
Nº CVS:353800601-477.000179-1-4 Data Validade: 14/11 / 2026
Razão Social : M C INACIO MARIANO DROGARIA
CNPJ / CPF-67.410.209/0001-02
Endereço: RUA DOS EXPEDICIONÁRIOS, 64 - CENTRO
Municipio: PINDAMONHANAGBA CEP: 12.400-370 UF: SP
Resp. Legal:MARIA CRISTINA INACIO MARIANO
Resp. Técnico: DENIS VIEIRA DA SILVA
CBO:... - Conselho Profissional: (CRF) - № Inscrição : 112367087- UF: SP

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi-gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-pondendo cívil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

RENOVAÇÃO LICENCA

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

ANDRÉ MARCOS PEREIRA
DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências,
ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

LICENÇA INICIAL Comunicado de Deferimento

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba

Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

VIGILAINCIA SAINI I AKIA - CON I ROLE DE PUBLICAÇÃO № 49/25
№ Protocolo: 65979/24 Data Protocolo: 23/10 /2024
№ CVS:358800601-864-000415-0-5
Razão Social :RAIA DROGASIL SA
CNPJ / CPF:61.585.865/2837-81
Endereço: AVENIDA DR FRANCISCO LESSA JUNIOR, 1860 - RESIDENCIAL
LESSA

ANDRÉ MARCOS PEREIRA DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi-gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, res-pondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

RENOVAÇÃO LICENÇA

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

/2026
Razão Social: MEGA FARMA PINDAMONHANGABA LTDA
CNPJ / CPF:56.031.090/0001-32
Endereço: AVENIDA DR JORGE TIBIRIÇÁ, 807 - CHACARA GALEGA
Município: PINDAMONHANGABA .CEP:12.422-050 .UF:.SP
Resp. Legal: RENATA HELENA AMARAL DE CARVALHO
Resp. Técnico:MARIA PRISCILA DA SILVA
CBO:....... - Conselho Profissional: (CRF) - NºInscrição: 108205 . - UF:SP

ANDRÉ MARCOS PEREIRA
DIRETOR VIGILÂNCIA SANITÂRIA

O(s) responsável (eis) assume (m) a obrigação de cumprir a legislação vi
gente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências,
ficando inclusive, sujeito (s) ao cancelamento deste documento.

Data Protocolo: 07/08/2025 Data Validade: 13/ 10

Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO Nº 50/25

O (a) Diretor (a) DEFERE em 13/10/2025 a solicitação supracitada

Nº Protocolo: 46.028/25..... Nº CEVS:353800601-477-000226-1-6

O (a) Diretor (a) DEFERE em 14/11 /2025 a solicitação supracitada

Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO № 49/25

Faz sabei que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO № 48/25

Faz saber que: VIGILÂNCIA SANITÁRIA - CONTROLE DE PUBLICAÇÃO № 47/25

O (a) Diretor (a) DEFERE em 14/11 /2025 a solicitação supracitada

Secretaria de Saúde Departamento de Proteção aos Riscos e Agravos à Saúde

Manter identidade do trabalhador social mediante crachá contendo nome completo, cargo, função e narca da OSC;

XV - Manter, durante o prazo de vigência deste termo de FOMENTO, a regularidade das obrigações perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
XVI - Comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social toda e qualquer alteração ocorrida em seus estatutos sociais; mudanças de diretoria ou substituição de seus membros.

XIX — Apresentar, caso solicitado, nome e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada um dos trabalhadores recrutados para executar os serviços vinculados ao objeto, mediante prévio registro com base na legislação trabalhista, bem como, inclusive de eventual empregado substituto.

XX - Promover a publicação integral de extrato do relatório de execução física e financeira deste Termo de FOMENTO, nos termos do art. 11 da Lei nº Ordinária Federal nº 13.019/2014. XXI — Manter os recursos aplicados no mercado aberto em títulos da divida pública quando os recursos forem utilizados em prazos inferior a 30 (trinta) dias, e em cademeta de poupança quando não utilizados no prazo superior a 30 (trinta) dias, sendo que estes valores deverão ser aplicados na parecria e deverão constar obrigatoriamente na prestação de contas junto com os demias recursos repassados. Inclusive apresentando os extratos banacións omensias de eventual aplicação financeira fornecidos pela instituição banación.

Efetuar os pagamentos somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, PIX), pessoa físic artín, inclusive dos empregados, vedada a emissão de cheque para desembolso ou quaisquer pagamentos;
 Manter e movimentar os recursos em conta bancária, em banco público, citados neste instrumento;

recebidos, inclusive no que ent respeno se uespesa se custos, o composito per entre per entre de la composito del la composito de la composito de la composito de la composito

XXVII - Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

A OSC prestará contas ao MUNICÍPIO, da seguinte forma:

Contas parciais: serão prestadas MENSALMENTE à Secretaria Municipal de Assistência Social, selvidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários onciliados, evidenciando a movimentação do recurso e a rentabilidade do período; relatório de receita e de sepesas; certidol negativa de regularidade junto à Previdência Social (CND - CNDT) e FOTTS (CRP), relação para de responsa por a relatividade de provincia de para de regularidade junto à Previdência Social (CND - CNDT) e FOTTS (CRP), relação

Parágrafo 1º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da parceria;

- N\u00e3o poder\u00e4o ser pagas com recursos da parceria, despesas decorrentes de: dministraç\u00e3o, de ger\u00e9ncia ou similar; gamento de servidor ou empregado p\u00edblico sem que a lei espec\u00edfica e ou a lei de dire

· Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes à pagamentos ou à recolhimentos fora do

V - Pagamento de pessoal contratado pela OSC, que não atendam às exigências do artigo 46 da Lei Ordinária nº 13.019/2014;

Em consonância com o disposto na alínea "h" do artigo 35 da Lei Ordinária Federal n" 13.019 de 31.07/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, realizará o monitoramento e avaliação da parceria, no prazo da vigência da parceria, sem prejuiço do monitoramento pelo Conselho Municipal dos Direntos da Criança e do Adolescente — CMDCA, Conselhos afins, conforme o caso, e da fiscalização do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Qualquer irregularidade concernente ao presente Instrumento será comunicada à **Secretaria Municipal d Assistência Social**, que deliberará quanto à implicação das sanções previstas na cláusula décima segunda.

Prorrogação da vigência, observados o limite fixado pelo artigo 21 do Decreto Federal 8.729/2016, qual sede que o período total da vigência não exceda 05 (cinco) anos;

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Município poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plan trabalho após, respectivamente, solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil ou sua an desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

Parágrafo único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

CLÁUSULA OITAVA - DAS IRREGULARIDADES

CLÁUSULA NONA - DO GESTOR DA PARCERIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Ampliação de até 30 (trinta) por cento do valor global; Redução do valor global, sem limitação do mont

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

I – Por termo aditivo à parceria para:

CLÁUSULA SEXTA - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Elaborar e entregar o balanço patrimonial, o balancete analítico anual, e demais demonstraçõe is solicitadas pelo TCE-SP, segundo as normas contábeis vigentes para o terceiro setor;

ealizar diagnóstico, mapeando os serviços conveniados ou não, localizando a rede de serviços a partir ios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos, de forma a propiciar a universalidade de tre indivíduos e famílias.

XXIV - Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e fi recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de serviços e de pessoal;

CLÁUSULA QUARTA – SÃO ATRIBUIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SELECIONADA

 Apresentar, na ocasião da prestação de contas das parcelas, cópias de CND Mobiliário Municipal, CRF,
 Lão Conjunta da Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas; XVIII — Atender eventuais solicitações verbais, por e-mail, telefone ou outros meios acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a pronta apresentação dos documentos solicitados no prazo estipulado;

PORTARIA INTERNA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO № 1.081, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

Eduardo Cursino, Secretário Municipal de Administração, no uso da competência conferida pelo art. 5º do Decreto nº 5.828, 21 de julho de 2020, e considerando o parecer da Comissão Sindicante, Resolve designar os atuais membros da Comissão da Sindicância Investigatória nº 001/2024. para dar continuidade à apuração do processo, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de 28 de outubro de 2025, sejam concluídos os trabalhos.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 28 de outubro de 2025.

Eduardo Cursino Secretário Municipal de Administração

Pindamonhangaba, 25 de novembro de 2025

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 25 de novembro de 2025. SMA/tlm/memo 59212.2025

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA INTERNA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO № 1.082, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

Eduardo Cursino, Secretário Municipal de Administração, no uso da competência conferida pelo art. 5º do Decreto nº 5.828, 21 de julho de 2020, e considerando o parecer da Comissão Sindicante, Resolve designar os atuais membros da Comissão da Sindicância Investigatória nº 005/2024, para dar continuidade à apuração do processo, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de 16 de novembro de 2025, sejam concluídos

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 16 de

Pindamonhangaba, 25 de novembro de 2025.

Eduardo Cursino Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 25 de novembro de 2025. SMA/tlm/memo 59215.2025

Cronograma de entrega das cestas básicas pelo Setor de Almoxarifado Central e Subprefeitura de Moreira César, referente ao mês de Novembro/2025:

- Dia 24/11 (Segunda-feira) - Somente servidores com nomes iniciados pelas letras: A, B, C, D; - Dia 25/11 (Terca-feira) - Somente servidores com nomes inicia-

dos pelas letras: E, F, G, H, I, J, K; - Dia 26/11 (Quarta-feira) - Somente servidores com nomes ini-

ciados pelas letras: L, M, N, O, P, Q;

- Dia 27/11 (Quinta-feira) - Somente servidores com nomes iniciados pelas letras: R, S, T, U, V, W, X, Y, Z.

- Dia 28/11 (Sexta-feira) - servidores que não retiraram as suas cestas básicas no dia correspondente à inicial de seus nomes.

OBSERVAÇÕES 1) Os servidores aposentados (com idade acima de 60 anos) e

gestantes deverão ser atendidos de forma preferencial, ou seja, por ordem de chegada e sem obedecer a ordem alfabética nos

2) A entrega das cestas básicas obedecerá a ordem alfabética

das iniciais dos servidores beneficiados e não da pessoa que estiver retirando as cestas (no caso de retirada da cesta básica

3) Não serão aceitos os Termos de Autorização de Retirada por Terceiros, que apresentarem rasuras, não estiverem preenchidos corretamente ou incompletos e, que não sejam originais (não serão aceitos termos xerocados parcialmente ou em sua

4) O horário de entrega será das 8:00 às 16:00 horas.

Haverá, também, entrega de cestas na Subprefeitura de Moreira César para facilitar aos servidores que residem ou trabalham naquela região.

A intenção é atender da melhor maneira possível a todos os servidores e seus familiares.

Solicitamos dessa forma, que todos os servidores atentem-se às datas e horários, para que possamos nos adequar e fazer um trabalho mais eficiente

Agradecemos a colaboração.

Alteração da destinação dos bens remanescentes: ou - Por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, ta Ajustes da execução do objeto da parcerá no plano de trabalho; Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Suspensão do Repasse mensal:

CLÁUSULA DÉCIMA OUARTA - DA RESTITUIÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

§ 1º Sem prejuízo das alterações previstas no caput, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilar independentemente de anuência da organização da sociedade civil para: 1 — Prorrogação da vigência, antes do seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou

Parágrafo 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, caberá à OSC apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquele data, ben como devolução dos saldos financeiros remanescentes devidamente corrigidos conforme cláusula décima terceira, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras;

Parágrafo 2º É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

uspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar j om a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

- Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termo de FOMENTO, vécios e contratos com Ogãos e OSCs em todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos erminantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplico a alidade, que será concedida após a OSC ressurcir os cofres públicos pelos prejuízos resultantes, e após o zo da sanção aplicada com base no iniciso II deste dispositivo;

grafo 1º A sanção estabelecida no inciso III é de competência exclusiva da SMAS, facultada a d essado(a) no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reab erida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo 4º A liberação de parcela de repasse, eventualmente bloqueada, será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

rafo 5º A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da cativa e da proposta de correção integrarão o processo de prestação de contas junto ao Órgão Gestor da taria Municipal de Assitética Social.

OSC compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, lizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro Índice que o substitua, a partir da de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

— A inexecução do objeto desta parceria;

Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;
 lização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

nicação: Todas as comunicações relativas a este Termo de FOMENTO serão efetuadas por escreadas como realizadas quando entregues nos endereços indicados no preâmbulo deste instrum dos-se também a comunicação virtual (via e-mail) como meio hábil e legal. As partes serão respons municação por escrito de eventual alteração de ndereço e as notificações enviadas no endereço pra

ção por escrito de eventual alteração de endereço e as nottireações envadas no endereço previsto los, anteriores a sete avisa, as partes reconhecem por este ato como entregues. Vinculo: O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil da parceria, na forma deste instrumento, não gera vinculo trabalhista com o poder público, o § 3º do art. 46 da lei 13.019/2014.

nissos: Os casos omissos serao resorvisos se comuni accutu curca as pantos amendos.

ĉincia das Disposições: Se qualquer termo ou outra disposição deste Termo de FOMENTO for lo invidido, legal ou inexequivel diante de qualquer norma legal ou ordem pública, todos os demais disposições deste instrumento permanecerão em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato o e jurífico dos operações contempladas neste instrumento não for prejudicado por qualquer das partes mente. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, llegal ou inexequível, as

arão em boa fé a alteração deste Termo de FOMENTO de modo a fazer vigorar sua intenção aneira mais aceitável possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas na

original da manetra mais acettaves possaves, a sum que medida do possive. Pleno Direitor será nula de pleno direito, toda e qualquer medida ou decisão correlata com o presente Termo de FOMENTO que vá de encontro ao que conste na Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014. Novação: A faint de utilização, pelos parteriors, de quatsquer direitos ou faculdades que fhe concede este Termo de FOMENTO não se constituirá novação, nen importará renúncia aos mesmos direitos e faculdades, mas mera tolerância en fade los prevalecer aos constituira domento ou altaquão.

Fica eleito o Foro desta Comarca de Pindamonhangaba para dirimir dúvidas ou questões oriundas do instrumento, caso resulte frustrada a prévia e obrigatória tentativa de solução administrativa das questõe participação e assessoramento de um dos integrantes da Procuradoria Municipal da Prefeitura Muni Pindamonhangalor.

O presente Termo de FOMENTO foi confeccionado de acordo com o constante no processo administrativo _____/20__, de __ de ___ de 20__.

(Nome completo) Secretária Municipal de Assistência Social

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e doze minutos

teve início a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social 2025, agendada online

conforme link: meet.google.com/uau-rmxy-pto. A reunião foi conduzida pela vice-presidente Cláudia Gonçalves Pinto, representante da APAE Pinda, após justificativa apresentada por Simone Braça sobre a ausência da presidente Flávia, que não pôde comparecer devido a compromisso profissional. Estiveran

presentes as conselheiras e representantes: Kate Itacy dos Santos Rico, Milena Roseira Trigo . Alice

Cândido Santos , Alexandra (Núcleo Criançada Feliz), Victória de Menezes), Simone Braça, Celestina Omura , Glédis (Educandário São Vicente de Paulo - Casa Pia), Simone apresentou informes iniciais a

Na sequência, Patrícia realizou apresentação sobre o trabalho de conscientização e combate ao trabalho

infantil, explicando a importância das ações nas praças, escolas e demais espaços públicos, destacando que o recurso solicitado visa fortalecer o acompanhamento das ações preventivas e educativas. Em

eguida. Patrícia, apresentou o Termo de Aceite do Cofinanciamento Federal das Acões Estratégicas do PETI (AEPETIs), conforme Resolução CNAS/MDS nº 204, de quinze de agosto de dois mil e vinte e cinco,

detalhando a previsão de utilização dos recursos. Foram expostas as seguintes categorias: capacitação da

estimadas em R\$ 18.027,21. Entre os itens previstos constam kits infantojuvenis, kits lanche para evento materiais de campanha e oficinas, uniformes, locação de aparelhos eletrônicos e aquisição de

projetor/DataShow Patricia, explicou a necessidade desses materiais e solicitou aprovação. Durante a

esclarecido nor Patrícia que o renasse depende do número de criancas registradas em situação de exploração. Victória sugeriu ajustes, afirmando que o valor destinado a determinados itens, como o

DataShow estava elevado. Patrícia explicou que os valores são estimativas e nodem ser diminuídos e

necessário. A plenária deliberou favoravelmente à correção, e os valores foram ajustados na categoria de

nateriais de consumo. A proposta revisada foi aprovada.Passou-se, então, à análise dos pareceres das

Educandário São Vicente de Paulo – Casa Pia. Victória relatou que foram consultadas todas as resoluçõe pertinentes e analisados os três documentos principais exigidos. No caso do Educandário, foi solicitada apresentação de profissionais específicos como complementação. Os pareceres negativos foram emitido

para Casa da Amizade. Vôlei Mania e ACCI Vila Rica. A comissão explicou que essas organizações não

apresentam RH próprio, não possuem espaço adequado, não atendem às exigências da tipificação, não

contam com equipe técnica mínima e desenvolvem apenas atividades pontuais, sem caracterização com

erviço continuado preconizados pela legislação da Assistência Social. Simone acrescentou observações

sobre pendências regimentais, informando que esta ata será anexada ao certificado de registro e à ata

plenária. Destacou ainda que os documentos só podem ser enviados oficialmente após o encerra

da plenária, motivo pelo qual ainda não foram encaminhados. Alexandra, representante do Núcleo Criançada Feliz, questionou sobre as pendências referentes à privacidade dos banheiros. Foi esclar

que a questão será notificada formalmente conforme previsto na resolução, sem prejuízo imediato, e que

realização da Audiência Pública no dia quatro de dezembro, às 9 horas, na Prefeitura. Foi informado que Destacou-se que os relatórios devem seguir o modelo enviado por Simone e serão apresentados po

PETI: consolidação e posterior envio dos pareceres das OSCs: acompanhamento das potificações e

ata para os fins de registro e publicidade

govbr MOITHCHAS (MITHER)

dequações pendentes; reforço da obrigatoriedade de participação na audiência pública; e publicação

desta ata em iornal oficial. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, sendo lavrada a present

ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DO MERCADO MUNICIPAL

FEIRANTES E AMBULANTES DE PINDAMONHANGABA (ACOMEMFAP)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Associação dos Comerciantes do Mercado Municipal, Feirantes e Ambulantes de Pindamonhangaba " ACOMEMFAP", inscrito no CNPJ 21.488.487/0001-20, neste ato representada por seu Presidente, S:* Adama Rodrígues da Silva Tressoli, convoca todos os associados, através do presente edital, para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 12 de novembro de 2025, as 17:00h em primeira chamada e segunda chamada as 17h:30min, na sede sito Rua Capitão Jose Matriniano Veira Ferraz, 186. Centro,

Adamo Rodrigues da Silva Tressoli

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Cursino, Secretário Municipal de Administração, no uso da competência conferida pelo art. 5º do Decreto nº 5.828, 21 de julho de 2020, e considerando o parecer da Comissão Sindicante, **Resolve** designar os atuais membros da Comissão da **Sindicância Investigatória nº 007/2024**,

para dar continuidade à apuração do processo, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de 16 de novembro de 2025, sejam concluídos

PORTARIA INTERNA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO № 1.083, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

do Mercado Municipal, Feirantes e Ambulantes de

1) Eleição e Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

nhangaba, 04 de Novembro de 2025

Pindamonhangaba -- "ACOMEMFAF

govbr camamoussime

cinco OSCs. A comissão de análise, representada por Cláudia e Victória , informou que dois pareceres

equipe, materiais de consumo, serviços de terceiros e aquisição de equipamentos eletrônicos, todas

pedido da presidente, comunicando que a ata e o relatório do Fórum do Interconselhos foram ente entregues à Câmara Municipal e serão encaminhados posteriormente a todos os secretário

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO DOCUMENTO COMPLEMENTAR

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO:

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Faz parte do presente Instrumento, em tudo aquilo que não contrarie, de forma a com outro, o Plano de Trabalho apresentado pela OSC e aprovado pelo MUNICÍPIO.

eficácia deste Instrumento fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de impré é o (quinto) dia útil do (mês subsequente), a contar do mês da sua assinatura.

ANEXO RP-10 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

PÁG.13

ÓRGÃO PUBLIC.
ORGANIZAÇÃO DA SOUIL.
CNPJ:
ENDEREÇO E CEP:
RESPONSÁVEL(IS) PELA OSC: CPF:
OBJETO DA PARCERIA:
EXERCÍCIO:
ORIGEM DOS RECURSOS
DOCUMENTO

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da <u>(nome da entidade)</u> vem indicar, na abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício/20XX bem como as despesas a pagar n

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO

DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (RS) ocação de

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO J) DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (H+I)

EXERCÍCIO for decorrente de descontos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o resultar IZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTES, uma vez que tais des

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que adepesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Orgão Público Parceiro.

Local e data veis pela Organização da Sociedade Civil: (nome, cargo e ass

CONSELHO MUNICIPAL DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL DECLARAÇÃO DE REGISTRO

Declaramos, para os devidos fins e de acordo com Resolução CNAS nº 14, de 15 de

maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social; a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tiplificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; e a Resolução nº 1, de 25 de jameiro de 2007 que publica o texto. Sociolassistericias; e a resolucigan n. 1, de 25 de plantero de 2007 que policida o texto da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS. que a Entidade " Educandatio São Vicente De Paulo - Casa Pia Côneco Tobias", inscrita no CNPJMF sob o nº61.000.683/0012-24, com sede na Rua São João Bosco, 13 - Tabaú, na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, CEP 12.403-010, está em pleno e regular funcionamento e devidamente registrada neste Conselho Municipal de Assistência Social, sob o nº 044, executando o Serviço de Conselho Municipal de Assistencia Social, sob o nº 044, executando o Serviço de Proteção social Básica com atividades direcionadas para a participação e cidadania dos usuários, a partir de interesses, demandas e potencialidades, através de experiências lúdicas, culturais e esportivas como forma de expressão, interação e aprendizagem, possibilidade e proteção social.

Pindamonhangaba, 26 de novembro de 2025.

GOVADE PLAVA BEITTLA CAMPOS.

Flávia Regina Campos Assis Presidente CMAS - Gestão 2024 - 2026

** CONSELHO MUNICIPAL DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL DECLARAÇÃO DE REGISTRO

Declaramos, para os devidos fins e de acordo com Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e

benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social; a Resolução no 109, de 11 de novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; e a Resolução nº 1, de 25 de janeiro de 2007 que publica o texto Socioassistenciais; e a Resolução nº 1, de 25 de janeiro de 2007 que publica o texto da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUJAS. que a Entidade "Núcleo Criançada Feliz ", inscrita no CNPJ/MF sob o n°06.889.450/0001-63, com sede na Rua Jairo Marcondes de Oliveira, 131 - Conjunto Residencial Araretama, na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, CEP 12.423-030 está em pleno e regular funcionamento e devidamente registrada neste Conselho Municipal de Assistência Social, sob o n° 045, executando o Serviço de Proteção social Básica com atividades direcionadas para a participação e cidadania dos usuários, a partir de interesses, demandas e potencialidades, através de experiências lúdicas, culturais e esportivas como forma de expressão, interação e aprendizagem, possibilidade e proteção social.

Pindamonhangaba, 26 de novembro de 2025.

Flávia Regina Campos Assis idente CMAS - Gestão 2024 - 2026 BONDL BY THE TOTAL CO.



MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

Pindamonhangaba ento de Qualificação como Organização Social na área de Saúde

Considerando a solicitação para Qualificação de Organização Social e com base no

Parecer favorável emitidos pela CQOS - Comissão de Qualificação de Organização Social, Secretário Municipal de Finanças e Secretária Municipal de Saúde, tendo como fundamentação a Lei Municipal nº 5.801, de 01 de julho de 2015 e o Decreto Municipal nº 5.308, de 18 de abril de 2016, **FICA CERTIFICADA e QUALIFICADA** a Organização Social abaixo

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE - INTS - CNPJ: 11.344.038/0001 06, (Protocolo nº 37.241/2025)

Desse modo, a organização social supramencionada está HABILITADA à eventual ebração de Contrato de Gestão com o município de Pindamonhangaba, após devido processo de seleção conforme previsto no Art. 9º do Decreto Municipal nº 5.308, de 18 de abril

> Secretária Municipal de Saúde Interina MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA



EXTRATO REFERENTE A APOSTILAMENTO REALIZADO NO EXERCÍCIO DE 2025 ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - APOSTILAMENTO -

1 EXTRATO PARCERIA TERMO DE COLABORAÇÃO 70/2023 ADIT. 01/2024 Nº 21.337/2023

refeitura Municipal de Pindamonhangaba – Secretaria de Assistência Social /Serviço de Obras Sociais de Pindamonhangaba - SOS.

A OSC executará na Proteção Social Básica, Programa Complementar ao PAIF Ações para Família, 87 atend TERMO DE FOMENTO 23/2025 /Serviço de Obras Sociais de Pindamonhangaba - SOS.

Realizar o repasse de recurso das Emendas Impositiva nº 205 e 206/2024,

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração

Eduardo Cursino Secretário Municipal de Administração

em 25 de novembro de 2025. SMA/tlm/memo 59216.2025

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 16 de Pindamonhangaba, 25 de novembro de 2025.

3 EXTRATO PARCERIA TERMO DE FOMENTO 24/2025 Serviço de Obras Sociais de Pindamonhangaba - SOS. Realizar o repasse de recurso das Emendas Impositiva keaiizar o repasse de recurso das Emendas Impositiva nº 06, 91 e 12/720.0 través do Fundo Municipal de Assistência Social - 14MAS, para executa través do Fundo Municipal de Assistência Social - 14MAS, para executa to vise de comprendidas no plano de trabalho integrante do Processo definistrativo nº 5951/2025, de 17 de março de 2025. temanejamento do cronograma de desembolso.